

**O RETRATO DA BASE  
NACIONAL COMUM  
CURRICULAR NOS MEIOS DE  
COMUNICAÇÃO DE MASSA**

**THE COMMON NATIONAL BASE  
CURRICULAR IN THE VEJA  
MAGAZINE**

**RETRATO DEL CURRÍCULO DE  
BASE NACIONAL COMÚN EN  
LOS MEDIOS DE  
COMUNICACIÓN**



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.22478/ufpb.1983-  
1579.2021v14n2.49165

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

**Nayara Tosatti**

Mestra em Educação

Pedagoga da Educação a Distância na  
Diretoria de Instrução e Ensino da Polícia  
Militar de Santa Catarina, Brasil.

E-mail: [naytosatti@gmail.com](mailto:naytosatti@gmail.com)

Orcid: [https://orcid.org/0000-0002-4918-  
9882](https://orcid.org/0000-0002-4918-9882)

**Resumo:** O estudo objetiva divulgar os resultados de um estudo de natureza qualitativa, com base na Análise Textual Discursiva que buscou compreender como uma revista de circulação nacional que não tem sua especialidade voltada para Educação retratou a Base Nacional Comum Curricular. O corpus da pesquisa foi composto de 8 notícias publicadas online pela revista no período de 2014 à 2016. Foi possível compreender que a Revista retrata a Base enquanto um Currículo neutro, um produto passível de ser aplicado e também como um elemento possibilitador para medir a aprendizagem. Corroboramos que a forma como a Base é retratada não é despropositada, faz parte de um contexto maior que se constitui de crenças e interesses ligados a questões políticas, sociais, culturais e econômicas que respondem a um projeto de sociedade.

**Palavras-chave:** Análise Textual Discursiva. Base Nacional Comum Curricular. Currículo. Revista Veja.

Recebido em: 18/11/2019

Alterações recebidas em: 27/02/2020

Aceito em: 06/09/2020

Publicação em: 09/06/2021

**Como citar este artigo:**

TOSATTI, N. O RETRATO DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA. *Revista Espaço do Currículo*, v. 14, n. 2, p. 1-11, 2021. ISSN1983-1579. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n2.49165>.

**Abstract:** The study aims to disseminate the results of a qualitative study, based on the Discursive Textual Analysis, which sought to understand how a national circulation magazine that does not have its specialty focused on Education portrayed the National Curricular Common Base. The corpus of the research was composed of 8 news items published online by the journal in the period from 2014 to 2016. It was possible to understand that the Journal portrays the Base as a neutral curriculum, a product that can be applied and also as an enabling element to measure learning. We corroborate that the way the Base is portrayed is not unprofessional, it is part of a larger context that consists of beliefs and interests linked to political, social, cultural and economic issues that respond to a project of society.

**Keywords:** National Common Curricular Base. ATD. Curriculum. Veja magazine.

**Resumen:** El estudio tiene como objetivo difundir los resultados de un estudio cualitativo, basado en el Análisis Textual Discursivo, que buscó comprender cómo una revista de circulación nacional que no tiene su especialidad enfocada en Educación retrata la Base Curricular Nacional Común. El corpus de investigación estuvo conformado por 8 noticias publicadas en línea por la revista entre 2014 y 2016. Se pudo entender que la Revista retrata la Base como un Currículo neutral, un producto que se puede aplicar y también como un elemento habilitador para medir el aprendizaje. Corroboramos que la forma en que se retrata la Base no es descabellada, es parte de un contexto más amplio que consiste en creencias e intereses vinculados a cuestiones políticas, sociales, culturales y económicas que responden a un proyecto de sociedad.

**Palabras clave:** Análisis textual discursivo. Base de currículo nacional común. Reanudar. Revista Veja.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo parte de uma pesquisa maior que objetivou analisar como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi retratada em um meio de comunicação de massa. Seleccionamos a Revista Veja, a partir de um recorte temporal dos anos de 2014 a 2016 na busca por compreender como uma Revista que não tem sua especialidade voltada para educação ou para o currículo, mas que é a mais vendida<sup>1</sup> do país, abordou o tema.

A partir de um levantamento das produções acadêmicas e artigos científicos no período de 2014 a 2016, percebemos que as discussões em torno da BNCC iniciaram mais fortemente em 2014 com a publicação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Contudo, as produções abordam que as discussões já vinham sendo feitas desde a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) de 1996 que em seu Artigo 64 apontava para uma base comum nacional na formação de professores e que a partir disso, na década de 70, o movimento pela reformulação dos cursos de formação de educadores começou a colocar em pauta a proposta de uma Base Comum Nacional para formação de professores (SAVIANI, 2016).

Desde então, o que percebemos e acompanhamos no país são movimentos de comissões, sujeitos da escola, associações e grupos de pesquisa voltados para o estudo do tema que se propuseram a dialogar com o Ministério da Educação (MEC) no sentido de discutir sobre as possibilidades e a necessidade de uma BNCC. Assim, vamos abordar neste artigo um pouco sobre as discussões em torno desse processo, adiantando que o mesmo já nos revela que esse campo é repleto de tensões e disputas.

Corroboramos Freitas (2014) que uma BNCC é mais uma tentativa de homogeneizar o currículo, de colocar a escola nos moldes conteudistas, voltada à qualificação dos sujeitos, sendo também uma via para sustentar o sistema de avaliações em Larga Escala, possibilitando a entrada cada vez mais forte de associações e empresas privadas que vislumbram na Educação Pública um nicho lucrativo (FREITAS, 2014; MACEDO, 2016). Dessa maneira compreendemos que há um movimento de:

coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e

<sup>1</sup> Os dados são referentes a 2012. Disponível em <http://aner.org.br/>. A pesquisa na Web nos coloca frente a questões específicas de acesso e uso de dados. Em 2016 a ANER fez uma publicação, com acesso a um link, apontando que a Revista Veja era uma das mais vendidas no Brasil. Essa publicação foi retirada do site em 2017. Atualmente essa informação ainda consta no site, porém o link não dá mais acesso ao Ranking das revistas mais vendidas.

fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o mercado e o modo de organizar a iniciativa privada é uma proposta mais adequada para "consertar" a educação (FREITAS, 2014, p.25).

Sendo assim, uma BNCC transporia para educação um projeto de sociedade, pois compreendemos que currículo não é neutro e nele são representadas as disputas que envolvem também concepções de sujeito, de sociedade e de educação. Uma Base que têm o currículo enquanto produto passível de ser aplicado, enquanto instrumento para avaliação pensando nacionalmente vai contra o que preconiza a Justiça curricular:

A justiça curricular é o resultado da análise do currículo que é elaborado, colocado em ação, avaliado e investigado levando em consideração o grau em que tudo aquilo que é decidido e feito em sala de aula respeita e atende às necessidades e urgências de todos os grupos sociais; ajuda-lhe a ver, analisar, compreender e julgar a si próprios como pessoas éticas, solidárias, colaborativas e corresponsáveis por um projeto de intervenção sociopolítica mais amplo destinado a construir um mundo mais humano, justo e democrático (TORRES SANTOMÉ, 2013, p. 9 apud PONCE, 2016).

Assim, justiça curricular e uma BNCC estariam em caminhos opostos. Somado a esse contexto, já é de conhecimento que a mídia exerce papel sobre as “formas de fazer, de aprender, de ensinar e, sobretudo, de ser e de compreender o mundo” (GERZSON, 2007, p.13). As informações são lidas pelos sujeitos e podem contribuir com o posicionamento que se tem frente aos assuntos do cotidiano. Dessa maneira, se a mídia aborda a Base enquanto “salvação” para os problemas na educação e sem abordar contrapontos de uma abordagem, isso tem implicações na forma como enxergamos e lidamos com tais assuntos.

Entendemos que a mídia também representa uma forma de poder sobre a sociedade que é extremamente significativo como influenciar na formação das agendas públicas e governamentais e também atuar como "aparelhos ideológicos", com capacidade de organizar interesses (CAPELATO, 1998 apud FONSECA, 2011).

A partir disso, também compreendemos que no contexto atual de nosso país que assim como outros vem sofrendo com as “visões, os pressupostos e compromissos ideológicos da direita que estão presentes de forma poderosa, estão bem financiados, e cada vez mais se tornam partes centrais do senso comum dominante em muitas nações do mundo inteiro (APPLE, 2017).

Sendo assim, faz parte do contexto atual também a atuação da mídia de grande circulação na divulgação dessas ideias e pressupostos. Coutinho (1994) acrescenta ainda que as mídias agem a partir de "partidos políticos" ou de grupos específicos. Não nos damos conta muitas vezes dessas características, pois estão ocultas pelo discurso de que possibilitam a sociedade acesso à informação e isso nos oferece uma concepção de que o que é noticiado tem caráter neutro, ou seja, que não carrega interesses partidários, ideológicos.

Nesse sentido, em se tratando de uma reestruturação curricular, como é a proposta de uma BNCC que levanta discussões polêmicas é pertinente o questionamento: como uma revista que não é especializada em educação, abordou o tema da BNCC? Dessa maneira, faremos análise de 8 publicações da revista *Veja* no período entre 2014 e 2016.

Assim, o estudo é pertinente, pois o acesso a informação sobre o conteúdo que é de interesse de toda a população brasileira, assim como as discussões sobre a reformulação da educação como a BNCC acontece também pela mídia e como esse conteúdo é abordado tem relação com o entendimento que é feito dele e posteriormente com o posicionamento que é assumido.

Corroboramos também Kellner e Share que “quando a mídia é vista como janela simplesmente transparente, as mensagens ficam neutralizadas, nós ficamos complacentes e a democracia deixa de ser representativa” (KELLNER; SHARE, 2008, p.706). Nesse sentido, compreendemos ser crucial a leitura crítica da mídia para uma democracia participativa, pois também compreendemos que as tecnologias de

comunicação e informação fazem parte de uma Cultura de mídia que tem sua raiz no mercado e que assim, ao mesmo tempo que possuem potencialidades, também tem seu caráter fragmentado, não crítico, voltado para o consumo (KELLNER; SHARE, 2008).

## 2 APROXIMAÇÃO COM OS AUTORES

Para conhecer mais sobre o campo de discussões em torno da BNCC, resgatamos alguns apontamentos-chave de autores do campo da educação e do currículo (FREITAS, 2014; CHIZZOTTI; PONCE, 2012; SCHÜTZ et al. 2016; PONCE, 2016) que levantam questões sobre o tema. Essas contribuições se constituem fundamental na construção deste trabalho, pois compreendemos que é a partir da percepção dos sujeitos da escola e da educação que é possível pensar e elaborar um currículo.

Buscamos reforçar a contribuição dos autores do campo da educação e assim pontuamos que o ofício intitulado: “Exposição de Motivos sobre a Base Nacional Comum Curricular” (BRASIL, 2015), foi elaborado em novembro de 2015 pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e pela Associação brasileira de currículo (ABdc) expondo 9 motivos pelos quais essas instâncias são contrárias a proposta de implementação de uma BNCC no país. Dentre os nove motivos estão: a padronização do currículo com vistas a moldar a formação às necessidades do mercado, ao não reconhecimento das diversidades que coloca a democracia em risco, a contradição do discurso pelos “direitos de aprendizagem” e a listagem de conteúdos que reduz a ideia do direito à educação, uma formação importada de experiências internacionais, entre outros que, de certa maneira, também são resgatados pelos autores nos trabalhos selecionados no recorte acerca das discussões sobre a Base.

É interessante refletir sobre esse posicionamento da Associação Brasileira de Currículo e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em relação ao discurso dos apoiadores da Base Nacional Comum Curricular. É possível inferir que são discursos que se constituem em visões de mundo e projetos de sociedade diferentes.

Buscamos apresentar a contribuição dos autores da área da educação e do currículo sobre a construção de uma BNCC para o Brasil. Tais autores traçam um posicionamento que corrobora e complementa a ideia apresentada no Ofício da ABdc e da ANPEd.

Freitas (2014) em “Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola”, aborda questões acerca das avaliações internas e externas à escola e com isso, faz uma crítica com relação a proposta da BNCC, compreendendo a mesma enquanto uma matriz conteudista que não possibilita a formação humana integral.

O autor apresenta que nos últimos 20 anos estamos vivendo a segunda onda neoliberal e que nela os processos de manutenção das desigualdades apresentam-se como inovação, entre esses processos há a renovação da dimensão de responsabilização do indivíduo pelo seu fracasso ou sucesso, com base no discurso de igualdade de oportunidade e, de responsabilização da escola por diminuir as desigualdades com base no acesso ao conhecimento. Isso segundo o autor, tira o foco da causa geradora da pobreza que os próprios reformadores empresariais geram.

Segundo Freitas (2014) os reformadores visam abrir espaço cada vez mais no campo educacional para “empresas educacionais confiáveis” do mercado de consultoria, materiais didáticos, avaliação, venda de tecnologia, organização, [...] que operam na difusão de métodos tecnicistas e introduzem nas redes e escolas processos de gestão verticalizados” (p.8). O autor ainda afirma que ao entrarem no campo educacional também enfrentam um dilema: dar acesso a um pouco mais de conhecimentos para classe trabalhadora para meramente qualificá-los, sem que com isso tenham que perder o poder ideológico sobre a escola. Como fazem isso? Segundo o autor, renovando as velhas práticas de avaliação internas e externas à escola e por meio de propostas que visam padronizar os conteúdos ensinados e a formação de professores.

Assim, acredita que uma BNCC é uma forma de vincular a escola aos moldes conteudistas, focando na qualificação dos jovens para atender às demandas do mercado de trabalho e manutenção do sistema de produção vigente. Compreende ainda que o caminho pela padronização da educação, tem como objetivo, tirar do foco as concepções de sociedade, escola, levando a educação como um esforço nacional

e com uma falsa ideia de educação sem ideologia, pois para ele: “novos paradigmas de acumulação de riqueza exigem novos paradigmas de exclusão e subordinação” (p.7).

Então, sendo assim, eles mesmos - os reformadores- caracterizados como solucionadores dos problemas da educação, tomam para si a direção desse processo e ditam seus padrões do que seja uma boa educação - baseada em avaliações de larga escala, precarização da formação e dos salários dos professores e na manutenção das desigualdades.

Segundo Freitas, a avaliação da escola precisa permanecer, porém, que seja feita pelos sujeitos da escola e comunidade- com vistas a atender as necessidades reais do cotidiano. Com isso, a escola passa a ser vista como um centro cultural da sua comunidade “que investiga a vida e suas contradições sociais, que libera a energia criativa da juventude e a desenvolve em todas as suas dimensões possíveis, incluindo o domínio sólido do conhecimento das ciências e das artes” (p.24).

As autoras Schütz, Hammes, Cervi e Pereira (2016), corroboram Freitas (2014) e vão além, na 21ª Reunião Regional da ANPED Sul, com o trabalho “Práticas Discursivas sobre a Base Nacional Comum Curricular: relações de Poder-Saber”, onde retomam o histórico de surgimento da Base Nacional Comum Curricular e como foco de seu trabalho, abordam uma problematização dos discursos de atores políticos, de pesquisadores da ANPED e da ABdC e de professores de uma escola da rede estadual de Santa Catarina sobre a Base Nacional Comum Curricular.

Assim, compreendem o currículo como campo de poder e de disputas. Com isso, resgatam os discursos dos atores políticos envolvidos na construção da BNCC para ampliar e problematizar alguns pontos que são recorrentes em seus discursos. Também trazem para discussão um ofício que foi escrito por pesquisadores da ANPED e da ABdC em oposição a Base Nacional Comum Curricular e por fim, os discursos a favor da BNCC dos professores de uma escola da rede estadual de Santa Catarina.

Schütz et al (2016) consideram que a BNCC é uma tentativa de homogeneização do currículo, uma negação das diferenças sociais, culturais e econômicas existentes em nosso país. Nesse sentido, trazem Silva (2004) para reafirmar que o currículo não é neutro e que:

[...] na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, não deixam de estar envolvidos em questões de poder. Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder (SILVA, 2004, p.16 apud SCHÜTZ et al., 2016).

Outro ponto interessante é quando abordam a questão do discurso do Ministério da Educação com relação a ideia de que os professores são protagonistas na construção da BNCC, com isso as autoras pontuam que:

[...] dificilmente se traçará uma resistência para aquilo que você ajudou a pensar e participou da construção. Ao solicitar a participação de todos, todos são capturados, pois sob o véu da participação captura-se resistências ou geram-se possibilidades, potencialidades (SCHÜTZ et al. 2016, p.13).

Sendo assim, a autora aponta que o discurso sobre protagonismo deve nos manter alerta e em se tratando de currículo, muitas questões devem ser feitas no processo. Ainda assim, as autoras acreditam que onde há uma intenção de homogeneização, sempre haverá contrapontos que sinalizam uma resistência que no processo de construção da BNCC é a vasta produção acadêmica que aponta as inconsistências nesse processo.

### 3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Na busca por compreender como a Revista Veja retratou a Base Nacional Comum Curricular, realizamos uma pesquisa qualitativa com base na Análise Textual discursiva (ATD) a partir de 8 notícias publicadas online pela Revista Veja entre os anos de 2014 a 2016.

Para a construção da pesquisa qualitativa, trabalhamos “com o universo de significados, motivos,

aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p.22). Assim, para além da quantificação dos dados, nossa busca é por compreender o contexto analisado que é constituído por relações sociais complexas e então, comunicar, divulgar as contribuições de nossas análises.

A escolha por essa metodologia se justifica, pois corroboramos com Moraes (2003) ao afirmar que os textos permitem muitas significações e que a leitura já implica um processo de interpretação que não único e objetivo. Segundo o autor os “textos não carregam um significado a ser apenas identificado; são significantes exigindo que o leitor ou pesquisador construa significados com base em suas teorias e pontos de vista” (p.194).

Sendo assim, acreditamos que o recorte de pesquisa feito neste estudo não representa o todo de uma realidade, porém nos permite a leitura e interpretação que pode se constituir de alguma forma enquanto intervenção na realidade.

A metodologia de análise textual discursiva transita entre análise de conteúdo e análise de discurso e se constitui enquanto forma de organizar a compreensão sobre o material selecionado para o estudo que é reconhecido enquanto corpus da pesquisa. A ATD exige para tal organização, um ciclo que corresponde à “desconstrução do corpus, a unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada” (MORAES, 2003, p.192). A partir dessa organização é possível dar origem a categorias que possibilitam novas compreensões sobre um assunto.

O primeiro momento da análise a partir desta metodologia correspondeu a um olhar curioso e incansável para o corpus, as matérias publicadas online pela Revista Veja, procurando compreender a estrutura dos textos e separar esse conteúdo em unidades significativas, buscando semelhanças e diferenças entre eles. Neste momento, segundo os autores os textos são “recortados, pulverizados, desconstruídos, sempre a partir das capacidades interpretativas do pesquisador” (MORAES; GALIAZZI, 2006, p. 132) na busca por atingir unidade.

Em seguida, o movimento foi realizado em torno da categorização que se constituem a partir da comparação e junção das unidades significativas que correspondem a ideias, palavras, frases recorrentes nos textos que apontem para um sentido de unidade entre elas. No caso deste estudo, as unidades significativas (a ideia de neutralidade, currículo como produto aplicável, currículos internacionais como modelo) nos guiaram a uma categoria principal, a de visões de currículo.

Após isso, nos concentramos na construção de um texto para comunicar as interpretações e aprendizagens alcançadas com base na análise dos dados. É pertinente ressaltar que, nesse processo de análise, as interpretações e inferências são realizadas a partir dos pressupostos e teorias em que se insere o pesquisador.

#### 4 O RETRATO DA BNCC NA REVISTA VEJA

É pertinente contextualizar que, no Brasil a família Civita representa a Fundação Victor Civita que constitui o grupo de apoiadores da BNCC e que também é dona do Grupo Abril (Editora Abril) do qual a Revista Veja faz parte. Dessa maneira, iniciamos a compreensão sobre nosso campo de análise.

Assim, no processo de leitura e releitura do corpus da pesquisa, foi possível perceber que, a partir do recorte que fizemos nesta pesquisa, a Revista Veja apresenta, na maioria das vezes, uma abordagem positiva com relação a implementação de uma BNCC para o Brasil. Ao ler as notícias publicadas pela Revista, dentro de nosso recorte, a interpretação que temos é de que a BNCC é tida como um tipo de “fórmula mágica” que - “se os professores aplicarem será um grande avanço” [Trecho retirado da notícia: Um currículo para todos, por Cecília Ritto e Amanda Prado, 9 out, 2015].

Dessa maneira, os textos publicados pela revista nos apontam também que a Base será uma forma pela qual será possível avaliar e medir a aprendizagem dos alunos e a qualidade da educação. Compreendemos a partir de Ponce (2016), não ser possível uma fórmula para mensurar a qualidade da educação, ressaltamos também que a qualidade da educação não pode ser uma ideia deslocada do

contexto social, político e econômico de um país. Parece que há uma tentativa de convencimento pela ideia de que uma educação de qualidade tem como finalidade responder às demandas do mercado de trabalho, ou seja, de qualificar os sujeitos. Essa ideia de educação de qualidade também tem relação direta com os resultados das avaliações nacionais. Entendemos que nesse processo, a escola “aproxima-se, em seu funcionamento, de modelos empresariais de gestão e incorpora iniciativas privadas (...) solicitando resultados mensuráveis e rápidos para manter o país em condições de competir internacionalmente” (CHIZZOTTI; PONCE, 2012, p. 33).

Chizzotti e Ponce (2012) nos possibilitam visualizar os impactos que esse modelo de currículo e gestão da escola acarretam na dimensão do trabalho pedagógico:

[...] o não reconhecimento e a perda da autonomia dos educadores; a maximização da crença de que o papel dos professores é o de transmissores de conteúdos e executores de tarefas pré-determinadas por “especialistas em educação”; a submissão do professorado a uma estreita ideia de qualidade educacional; a individualização extrema de sua tarefa; a subtração da autoria pedagógica; a naturalização da não participação na formulação das políticas educacionais; a restrição dos espaços coletivos de formação e de debates com os pares; a desqualificação social do papel docente [...] (p.34.).

Alguns desses pontos, como a crença de que o papel dos professores é de transmissor de conteúdo é apontada pela Revista Veja. Compreendemos assim, que essas ideias também devem ser trazidas para as discussões, pois ressaltam as vozes e experiência dos sujeitos da escola e nos colocam a refletir sobre os impactos da proposta para a escola. Alheio a essa perspectiva, os textos analisados possibilitam a interpretação de um currículo comum para todo país que aponta para uma noção de ofertar as mesmas oportunidades de aprendizagem - não se explica mais sobre o termo -, com o poder de colocar o país em nível de competir nos rankings de educação. A BNCC é assim, apontada como sendo o primeiro passo para atingir a qualidade na educação - também não especificam o que constitui qualidade na educação.

Apontadas essas impressões iniciais que surgiram durante o processo de estudo do corpus da pesquisa, é possível iniciar as análises tendo como base a categoria visões de currículo. Nessa categoria, buscamos perguntar aos textos a todo momento - o que essa informação nos diz sobre currículo? Como essa pergunta não foi feita oficialmente a Revista Veja, optamos por trabalhar com a ideia de visões por compreendermos que a análise é uma interpretação parcial do pesquisador, sendo assim, não há uma única leitura ou interpretação dos textos. Dessa maneira, os textos nos apontam visões, indícios/ do que a Revista compreende como sendo Currículo, o que nos levará a um entendimento de como a revista apresentou a BNCC.

De início, algo que nos chamou atenção é que três publicações apresentam a legislação em que a construção e implementação da BNCC se ancora:

[BNCC] Este currículo, essencial para o aprimoramento do ensino básico, em toda a rede de escolas, públicas e privadas, está previsto desde a promulgação da Constituição, em 1988. Foi incluído na Lei de Diretrizes e Bases, mas só agora consegue-se implementá-lo (NUNES, 2016, p.1).

Este mesmo trecho é trazido ao final das publicações e nomeado de articulação. Podemos inferir assim, que há uma necessidade de legitimar a construção e implementação da BNCC no país com base na legislação em vigor.

Outra ideia bastante presente nas publicações é de que o processo de construção da Base se constitui enquanto um esforço da sociedade, enquanto processo que recebeu muitas sugestões como o título de uma publicação aponta; “Base Nacional recebe 12 milhões de sugestões, por Redação, 23 de março de 2016”. Corroboramos Schütz (et al. 2016) que é preciso um olhar minucioso sobre o discurso de protagonismo nas discussões da BNCC, pois isso pode nos imobilizar no sentido de acharmos que “os especialistas” estão pensando o currículo e então nos colocarmos de fora do processo, ou por outro lado, esse fator pode nos impulsionar a participar.

Quando lançamos nosso olhar sobre a forma como a revista aborda o currículo, percebemos que é feita uma representação de forma simplificada como se o currículo fosse uma espécie de produto de consumo que é passível de aplicação e que é composto por conteúdo a ser “aplicado” de forma gradual por meio das disciplinas:

O currículo escolar funciona como um roteiro para a sala de aula, demarcando o conhecimento que o professor deve passar ao aluno em cada disciplina, ano a ano. É peça básica para estabelecer metas e ambições acadêmicas, um norte sem o qual se navega no escuro, ao sabor de crenças individuais sobre o que a criança precisa saber (RITTO; PRADO, 2015, p. 1).

Podemos inferir também que a ideia que o aluno “precisa saber” está relacionada com um imaginário de que o aluno assim é obrigado a aprender, que está intimamente ligada à compreensão de que se o aluno não aprender no tempo que foi terminado os conteúdos que foram estipulados para sua faixa etária, a culpa é dele.

Assim, a ideia de culpabilização dos sujeitos pelo seu sucesso ou fracasso é recorrente e acaba por obscurecer as causas reais das desigualdades na aprendizagem que não dizem respeito a não ter acesso aos conhecimentos, mas também pelas condições em que esses acessos se dão, obscurece assim as relações de desigualdades.

A BNCC como um currículo pensado somente pela dimensão dos conteúdos é recorrente nas publicações e também remete a ideia de uma linearidade do processo de ensino e aprendizagem, como uma receita simples a ser seguida: um único currículo para o país com os mesmos conteúdos, o professor assim aplica, transmite, o aluno recebe o conteúdo e aprende:

O esforço agora deve ser para elevar o padrão da versão inicial do MEC, aberta a debate, e trabalhar para que não vire obra de ficção, mas seja aplicada para valer pelos professores (RITTO; PRADO, 2015, p.1).

Compreendemos que o processo de ensino e aprendizagem é um - processo-, não pode ser reduzido a uma receita que leva a uma ideia de culpabilização dos sujeitos caso os resultados não sejam o “esperado”. O “resultado esperado” é pensado para ser genérico, coloca todos os alunos num mesmo patamar. Dessa maneira, as diferentes formas de aprender não são levadas em conta, as condições materiais para aprender muito menos. Além de uma estreita visão de currículo como sendo algo aplicável e que desconsidera os alunos como sujeitos ativos no processo, as notícias reforçam ainda a questão da responsabilização também, neste caso, do professor que é incumbido da responsabilidade pelo avanço da Educação e nesta perspectiva, caso haja retrocessos a sociedade deve cobrar isso dos professores, como já nos alertaram Chizzotti e Ponce (2012).

Também, como nos apontou Freitas (2014) o discurso dos apoiadores da Base remete a ideia de que a BNCC é uma chance para corrigir, para “desideologizar” o currículo, dando a impressão de que a mesma é um currículo neutro, sem marcas de interesses de nenhuma dimensão:

O atraso de quase 20 anos na definição de um currículo foi causado, na opinião de Paula, por debates ideológicos que permeiam o tema. “O governo sempre teve medo de determinar regras específicas para a educação, com o receio de soar autoritário e de comprar briga com professores”, diz. A consequência disso é que os documentos existentes hoje, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, são pouco detalhados e não servem de base para saber o que as escolas brasileiras deveriam ensinar (BIBIANO, 2014, p. 2, grifo nosso).

O ministro da Educação, Mendonça Filho, paralisou as negociações para a implantação da Base Nacional Curricular. A ideia, segundo ele, é “desideologizar” o debate e rever alguns conceitos que estavam norteando os trabalhos (REDAÇÃO, 2016, p.1, grifo nosso).

Aloizio Mercadante [...] — garantiu não haver chance de um viés ideológico se impor no currículo. Que assim seja. O próprio Mercadante está ciente do



problema, já de conhecimento do antecessor, Renato Janine Ribeiro. [...] Existe, como até poderia ser esperado, a infiltração ideológica no currículo de História, disciplina permeável a esse tipo de manobra de militantes. Assim como há registros recorrentes dessa contaminação em livros ditos didáticos e na formulação de exames (NUNES, 2016, p. 2, grifo nosso).

A partir dessas ideias, há possibilidade de construção de uma crença de que o currículo se constitui de neutralidade, algo que é somente conteúdo que está fortemente ligado à ideia de um currículo linear que precisa ser muito detalhado em seus conteúdos para “garantir um avanço na educação”. Sem que isso nos leve a questionar sobre uma dimensão de poder dentro do currículo que é sobre quem determina que conhecimento é importante e para quem. A forma como é representada a BNCC na Revista também expressa uma visão de currículo, de sujeitos, de sociedade e os interesses em um “formato de currículo”.

Nesse sentido, é possível perceber que esse movimento de apresentar a BNCC enquanto um currículo neutro não está apartado do momento atual em que vivemos, onde o ideário de uma Escola sem Partido se tornou mais que um projeto de Lei, passou a ser uma ideia, ideia essa que veiculada como sendo um projeto do qual a escola necessitava. Assim, podemos perceber que as pautas da mídia não estão apartadas do contexto conservador pelo qual estamos passando.

Dessa maneira, concebemos currículo enquanto elemento incapaz de neutralidade, não cabe neutralidade em um currículo, pois o mesmo é constituído por escolhas que são guiadas por experiências e interesses. Também é constituído de vozes e silenciamentos, marcado, muitas vezes, pela segmentação dos conhecimentos, assim o currículo escolar é constituído por um emaranhado de relações complexas que permeiam as dimensões de ensino e aprendizagem (SCHÜTZ et al. 2016).

A partir da aproximação com os autores (FREITAS, 2014; CHIZZOTTI; PONCE, 2012; SCHÜTZ et al. 2016; PONCE, 2016), a crítica que nos parece mais evidente nas discussões acerca da BNCC é com relação a Base constituir uma formação conteudista, voltada para qualificar os sujeitos para o mercado de trabalho e que esse movimento vai de encontro ao defendido por um projeto de sociedade mais justo que deveria pensar a formação integral dos sujeitos e não somente de habilidades como aponta a Revista:

[Referência ao encontro em Genebra sobre o currículo do século XXI] Houve consenso de que é preciso preservar os conteúdos essenciais, ter coragem para eliminar o resto e dar lugar na escola ao desenvolvimento de habilidades requeridas no mercado de trabalho, como resiliência, capacidade de produzir em equipe, comunicação, abertura ao risco, criatividade (HELSINQUE, 2015, p. 2).

Para além da questão de formação reduzida a desenvolvimento de habilidades para responder às necessidades do mercado, a Revista aponta para a noção de seleção do que chama de “conteúdos essenciais”. A partir dessa perspectiva, a publicação corrobora com o discurso de que existem conhecimentos, conteúdos essenciais, os ditos mais importantes que são, por exemplo: matemática, raciocínio lógico e português e - o que chamam de resto. E nos fica o questionamento; o que será que constitui - o resto - em um currículo?

Com isso, a publicação também aponta para uma contradição em meio ao que entendem por uma BNCC neutra, a partir do momento que apontam alguém, ou um coletivo (empresários, políticos, fundações...) que pensam quais conhecimentos são importantes e para que eles servem e os que não são importantes, pois compreendemos que selecionar é um exercício de poder que é movido por interesses e objetivos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o retrato da BNCC na Revista Veja é de um currículo que é produto, passível de ser aplicado pelos professores para atingir resultados esperados. Os professores nesse retrato, são representados como aplicadores de currículo - que, se forem bons aplicadores, é possível o avanço da educação. Nesse contexto, os alunos, são considerados enquanto meros receptores de conteúdos que, se os aplicadores se saírem bem, terão as mesmas oportunidades de aprendizagem, haja vista, que “receberão” os mesmos conteúdos. Dessa maneira, a Revista não reconhece em suas notícias os

currículos em constante construção e avaliação vividos nas escolas.

Foi possível perceber que a BNCC encontra apoio na mídia e que uma contradição é evidente nesse retrato. Há uma tentativa de apresentar a BNCC enquanto currículo neutro, sem marcas de interesses, quando as notícias também apontam que há um exercício para realizar uma seleção de conteúdos, onde uns são mais relevantes que outros. Entendemos que selecionar é um exercício de poder, que se insere em um contexto, movido por interesses, dessa maneira, não é possível neutralidade à uma BNCC.

Assim, compreendemos que a proposta de uma Base Nacional Comum Curricular para o Brasil diz respeito a uma mudança profunda na instituição escolar. Também temos a clareza de que o retrato da BNCC na Revista Veja não é desinteressado, mas sim faz parte de um contexto maior que se constitui de crença e interesses que estão ligados a questões políticas, econômicas e sociais que respondem a um determinado projeto de sociedade que se pretende manter.

Com isso, compreendemos que a Revista abordou de forma rasa as discussões de um assunto polêmico e denso como é o caso da BNCC. Entendemos que a mesma não tem sua especialidade voltada para Educação, mas como sendo a mais vendida do país, problematizamos suas publicações, pois as mesmas guiam seus leitores a uma compreensão bastante específica sobre a BNCC, sobre o que seja um currículo, sobre o trabalho docente e sobre Educação.

## REFERÊNCIAS

- APPLE, M. W. A Luta pela Democracia na Educação Crítica. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.15, n.4, p. 894 – 926 out./dez. 2017.
- BIBIANO, B. Currículo nacional é o primeiro passo para educação avançar. **Revista Veja**. 9 ago. 2014, p.2.
- CHIZZOTTI, A.; PONCE, B. J.; O Currículo e os Sistemas de Ensino no Brasil. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 3, p.25-36, Set/Dez. 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss3articles/chizzotti-ponce.pdf>.
- COUTINHO, C. N. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez. 1994.
- FONSECA, F. Mídia, poder e democracia: teoria e práxis dos meios de comunicação. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 6. Brasília, julho/dezembro, p. 41-69. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n6/n6a03.pdf>.
- FREITAS, L. C de. Os reformadores empresariais da educação e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. **Educ. Soc.** vol.35 n.129. Campinas out./dez, p-1085- 1114. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v35n129/0101-7330-es-35-129-01085.pdf>.
- HELSINQUE, M. W. A Finlândia tem muito a ensinar. **Revista Veja**. 19 jun, 2015, p.2.
- KELLNER, D.; SHARE, J. Educação para Leitura Crítica da Mídia, Democracia Radical e a Reconstrução da Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 29, n. 104, pp-687-715, out., 2008.
- MACEDO, E. Base nacional curricular comum: a falsa oposição entre conhecimento para fazer algo e conhecimento em si. **Educ. rev.** 2016, vol.32, n.2, p.45-68. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698153052>.
- MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**: Bauru, SP, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132003000200004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132003000200004&script=sci_abstract&tlng=pt).
- MORAES, R; GALIAZZI, M. C. Análise textual discursiva: processo construído de múltiplas faces. **Ciência & Educação**: Bauru, SP v.12, n.1, p.117-128, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=251019514009>.
- MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NERI, M. M. **Textualizações do Político na Mídia**: uma leitura discursiva da Revista Veja. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São Carlos, UFSCar; São Carlos, São Paulo, 2011.

NUNES, A. Editorial do Globo: Blindar o currículo básico contra erros e ‘contrabandos’. **Revista Veja**. 11 Jan. 2016.

PONCE, B. J. O Tempo no Mundo Contemporâneo: o tempo escolar e a justiça curricular. **Educação e Realidade**. v.41, n.4, pp.1141-1160. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362016000401141&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362016000401141&script=sci_abstract&lng=pt).

REDAÇÃO. MEC vai rever Base Nacional Curricular. **Revista Veja**. 10 jun., 2016, p. 1.

RITTO, C. PRADO, A. Um currículo para todos. **Revista Veja**. 9 out. 2015, p. 1.

SAVIANI, D. Educação Escolar, Currículo e Sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento Revista de Educação**. Rio de Janeiro, ano 3, n°. 4. 2016. Disponível em: <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/296/301>.

SCHÜTZ, M. C. F. H.; CERVI, G. M.; PEREIRA, L. A. Práticas discursivas sobre a Base Nacional Comum Curricular: relações de poder-saber. **Anais...** 21ª Reunião Regional ANPEd Sul. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, p. 1-16. 2016.



Esta obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).